



I CONFERENCIA GENERAL DE HISTORIA DE LA
IGLESIA EN AMERICA LATINA

C E H I L A

México, 10-13 de octubre de 1984

P O N E N C I A

Mesa redonda
Seminario o Taller

1.4

Ponencia /

O Povo na Igreja do Brasil Tradicional.
(indicações documentais para uma história do catolicismo popular brasileiro, da Colônia aos meados do século XIX)

MARIA LUIZA MARCÍLIO

Esta comunicação pretende tão somente oferecer sugestões, indicações e comentários sobre algumas fontes documentais básicas para a recuperação da história da religiosidade do povo brasileiro, em seus três e meio primeiros séculos.

Estas indicações são oferecidas por alguém que, sem ser especialista na História da Igreja, no entanto, em suas pesquisas aprofundadas sobre a Demografia Histórica e a História Social e Antropológica do período colonial e do século XIX, aventura-se a fazer proposições aos reais especialistas da área. Talvez, na troca de experiências e na tentativa de interdisciplinariedade, se possa avançar no conhecimento de um dos fenômenos cardiais da compreensão do povo brasileiro em sua fase de gênese e organização.

O período escolhido é aquele que, a grosso modo, coincide com a antiga religiosidade popular fundada em grande parte no laicato, fase do Padroado e da velha cristandade Tridentina.

De fato, distingue-se nesses primeiros três séculos e meio de nossa Igreja, uma divisão nítida entre uma religião oficial, estabelecida com sua hierarquia e clero, e, outra, a religião do povo, do mundo leigo, com profunda vinculação familiar, com os oratórios domésticos, o culto familiar, a devoção de santos populares, a capelinha rural e as organizações laicas de irmandades e Ordens Terceiras. Domina o gosto pelas exterioridades, pelas festas, romarias, imagens e igrejas. «Tendo como centro a devoção dos santos, esse tipo de catolicismo foi sempre marcadamente leigo. Na realidade, o povo mesmo organizava em grande parte suas práticas religiosas, através das irmandades e ordens terceiras(1). Ou como nos diz Oliveira, «o quadro do antigo catolicismo luso-brasileiro é de um catolicismo assentado sobre organizações e lideranças leigas. Inclusive, é esse assentamento sobre os leigos que nos permite entender o dinamismo do catolicismo brasileiro do passado, apesar da debilidade do clero(2).

(1) AZZI, R. Formação do catolicismo popular brasileiro. In Vários. A Religião do Povo. S. Paulo, Paulinas. 1978, p. 50.

(2) RIBEIRO DE OLIVEIRA, P. O catolicismo do povo. In. Vários, op. cit., p. 72.

A historiografia tradicional do Brasil colonial e do século XIX, quando aborda temas ligados à História da Igreja, via de regra, os examina apenas sob a perspectiva da instituição estabelecida, sua hierarquia e administração, suas ordens religiosas ou seu clero, as normas, legislação ou teologias normativas. Por isso mesmo, essa forma de fazer história acaba por coincidir com a história das classes e setores dominantes de nossa sociedade tradicional, omitindo-se o laicato e em especial o laicato pobre, essa grande maioria silenciosa dos escravos, dos mestiços, dos índios, da mulheres, dos brancos pobres(3).

Por sua vez, a Antropologia clássica procurou estudar o fenômeno do sincretismo religioso entre os negros, sem deixar, muitas vezes, de carregar em seus aspectos grotescos ou sem ser totalmente isenta de preconceitos. Mas esse sincretismo não acabava por ser uma forma de dissociação dos modelos ideais vindos do mundo europeu? A religião popular entrava ainda nos estudos antropológicos em termos de folclore, do exótico ou do primitivo.

Foram particularmente os sociólogos que procuraram valorizar e privilegiar o estudo das manifestações e representações religiosas do povo, a começar pelo negro.

Só muito recentemente, surge uma Antropologia e uma Sociologia da religião, no Brasil, preocupada com suas manifestações populares, seja no meio caipira, indígena, negro.

Apesar das novas orientações de pesquisas, os meios acadêmicos de História, no Brasil, continuam distantes das temáticas da religião popular. Com raras exceções, a história da Igreja no Brasil continua a ser feita por membros do clero ou da hierarquia, sendo marcadamente apologética e acrítica. Pretende ela demonstrar os grandes sucessos da Igreja ou de suas ordens religiosas, procurando omitir ou justificar seus pecados sociais mais evidentes. Busca-se reconstituir sequências históricas do trabalho de bispos, de ordens religiosas, da criação e desenvolvimento de dioceses ou paróquias, sempre repleta de textos documentais, no melhor estilo da história factual e positivista.

A revolução operada no modo de ver o povo, de atuar com o povo, de valorizar suas diferentes formas de manifestações religiosas, ritos, crenças, devoções, festas, etc. operada com o Concílio Vaticano II e, na América Latina, com as conferências episcopais de Medellín e de Puebla, atuaram seriamente sobre as formas de se «fazer» História. Nesse sentido, é preciso buscar os primeiros sinais de renovação no movimento intelectual diferenciado da Ação Católica, e em especial da

(3) Como é o caso, por exemplo, do capítulo escrito por Américo J. Lacombe. A Igreja no Brasil Colonial. In. HOLANDA, S.B. (org.) História Geral da Civilização Brasileira, tomo 2. S. Paulo, Difel, 1960, 51-75, que trata do Padroado e sua confirmação através da série de Bulas; das Ordens religiosas, dos Bispos e Dioceses, etc e não dedica nem uma palavra ao povo católico.

JUC, no caso brasileiro. Pois, como diz Souza, repetindo G. Gutiérrez, «foi no Brasil e, mais precisamente na JUC, no início dos anos 60 que, muitas das intuições do que constituiria mais tarde a Teologia da Libertação latino-americana... começaram a concretizar-se, num lento processo ligado a uma prática e, sobretudo, a uma prática política» (4).

A nova postura em relação à História da religião entre nós foi dada pela CEHILA. Cumpre agora fazer a História a partir do oprimido, a denominada «história ao inverso». Dentro dessa nova perspectiva deve-se, em primeiro lugar, operar uma verdadeira «metanoia» na postura do próprio historiador que precisa ver, entender, julgar, fazer História, dentro de parâmetros novos. A começar pela utilização de fontes novas até as formas de interpretação, passando por metodologias mais adequadas a esse operar novo.

Porisso, julgamos oportuno começarmos aqui por falar de documentos. Mas de documentos que sirvam diretamente a uma História da religião do povo; que possibilitem o resgate de suas manifestações coletivas variadas de vida religiosa. Ai reside, de fato, uma das grandes dificuldades. Por que o povo não pode manifestar-se diretamente através de textos escritos. O povo foi sempre desmemorizado; iletrado em sua quase totalidade, sua memória era mais oral. Nos conhecemos então, pela escrita do Outro. E esse outro foi geralmente seu dominador, senão seu opressor.

Apesar disso, há meios de se atingir o povo em suas manifestações coletivas mais elaboradas (dos comportamentos mentais, dos comportamentos religiosos). Os significantes progressos das últimas três décadas no seio das Ciências do Homem, e, no que nos concerne, no campo da História Social, das Mentalidades, da Demografia Histórica, da Antropologia e da própria Sociologia permitem vislumbrar uma fase nova no conhecimento dos padrões e formas de comportamentos e de representações coletivas de nossos ancestrais. Desde que se proceda com critérios e métodos adequados na análise e interpretação das informações conservadas. Então, a História do catolicismo do povo brasileiro, em todas suas dimensões, poderá ser conhecida e reelaborada.

* * *

Podemos distinguir especialmente duas grandes categorias de informações escritas para o estudo da História: as fontes seriais, que cobrem certo período de tempo, e permitem uma análise sistemática e longitudinal; e as fontes

(4) SOUZA, L.A. de. A JUC: os estudantes católicos e a política. Petrópolis, Vozes, 1984, p.9

momentâneas, singulares, variadas.

As fontes seriais podem constituir-se em um corpus homogêneo, sequencial, contínuo e repetido e por vezes padronizado. Ele pode envolver coletividades específicas e localizadas.

São as fontes seriais as que melhor se prestam a um tratamento quantitativo, ao processamento computacional, além de oferecerem as melhores garantias de análises universais, representativas. São ainda elas que possibilitam, com maior rigor e segurança generalizações e comparações de realidade entre si.

Sendo pois, os documentos seriais os que levam a resultados menos impressionistas, mais amplos e que podem cobrir tempo até de longa-duração, serão elas que merecerão aqui nossa atenção privilegiada. Nesta tentativa, iremos levantando algumas temáticas sobre a religião do povo na História do Brasil e, concomitantemente indicando séries documentais que podem servir a tais estudos.

Como a religiosidade popular era cultivada, transmitida, ensinada, vivida primeiramente no seio da família, cumpre ao historiador procurar conhecer melhor a composição, organização, valores e o cotidiano do grupo familiar e doméstico. Ora, apesar dos estudos pioneiros e clássicos de Gilberto Freyre, de Antonio Candido e poucos outros, muito pouco se conhece sobre a família brasileira da época colonial e do século XIX. Ou melhor, o que se sabe, limita-se geralmente à formas familiares da camada dominante, de alguns setores da elite, regionalmente localizados. Falta-nos conhecer a vida familiar e doméstica dos setores majoritários dos despossuídos: do negro, do índio, dos artesãos, dos camponeses, dos mineiros, dos criadores de gado. Falta-nos conhecer melhor a vida das famílias incompletas, ilegítimas, porcentagem tanto mais volumosa dos grupos domésticos brasileiros, quanto mais se desce na escala social e se atinge os pobres e sobretudo os escravos. Pouco sabemos da vida das mães solteiras, mulheres que sózinhas, tentavam sobreviver numa sociedade machista. Sem o conhecimento mais acurado das organizações familiares é difícil de se chegar a um entendimento mais avançado da religiosidade popular do passado. Pois esta, era mais privatizada que institucional, mais familiar que pública.

Esse estudo é hoje possível graças sobretudo ao avanço de métodos, técnicas e de um corpo conceitual e teórico postos à nossa disposição pelas Ciências do Homem, notadamente pela Demografia Histórica, pela Antropologia e pela Sociologia da Família.

Por sua vez, as bases de informação documental devem ser revistas, para o aproveitamento criterioso de fontes seriais até então pouco utilizadas para o estudo da família e do grupo doméstico.

Indicaremos aqui, algumas das séries de dados úteis para essa finalidade.

Começaremos pela série de livros de registros de Batismos, de Casamentos e de Óbitos, conservada em arquivos eclesiásticos, de dioceses ou de paróquias. Apesar do generalizado descuido de sua conservação por parte das autoridades eclesiásticas brasileiras e pelo nosso tradicional descaso pela conservação da memória nacional, esses registros conservam-se ainda para os séculos XVIII e XIX em diante.

Embora os primeiros registros sejam tão antigos quanto a criação das primeiras paróquias brasileiras, praticamente já não se conservam mais os livros dos séculos XVI, XVII e boa parte do XVIII. E, no conjunto, quase em todos os arquivos da Igreja os livros de registros paroquiais da época colonial estão em processo acelerado de deterioração(5).

Foi sobretudo depois do surgimento da Demografia Histórica (anos de 1950), na França, com a criação do método genial de Louis Henry, de Reconstituição de Famílias, fundado na utilização sistemática dos registros da catolicidade, que houve uma verdadeira revolução das formas de se fazer e de se entender a História da família antiga(6).

Através de centenas de monografias embasadas no método Henry, sobre sociedades modernas e em várias partes da Europa e fora dela, foi possível a recuperação, não apenas da dinâmica e da estrutura das populações do passado, como ainda se chegou a esse «terceiro nível» da História, ou seja, às atitudes, comportamentos, representações, o mundo do imaginário, de nossos ancestrais. Por elas chegou-se inclusive à descobertas sobre as formas de religiosidade e a visão do mundo. Nessa linha, inscrevem-se os trabalhos magistrais de mestres franceses, como Ph. Ariès, com seus trabalhos sobre as atitudes ante a Morte, a Infância, a Família, o Amor, ou de Pierre Chaunu, sobre a Morte, o Sobrenatural, de François Lebrun, sobre a Família, o Casamento, o Amor, de Michel Vovelle, sobre a descristianização no Ocidente setecentista e os amores camponeses, de E. Badinter, sobre o amor em família, grande sucesso atual, além de tantos outros.

Nos mesmos procuramos retrazar a dinâmica demográfica e a vida familiar de S. Paulo, e mais recentemente dos camponeses-pescadores do litoral paulista, reconstituindo todas suas famílias, e chegamos por elas a resgatar parte de sua visão de mundo.

Ainda para o estudo da família, dispomos, para certas partes do Brasil, no período preciso que vai de 1760 a 1830-40, de valiosa coleção de listas nominativas de habitantes, organizadas por municípios e com base nos «fogos» (domicílios).(7).

Estas fontes, anuais e seriadas, riquíssimas em informações variadas indicam-nos realidades humanas que vão da família legalmente constituída, às formas

(5) Cf. MARCILIO, M.L. Dos registros paroquiais à Demografia Histórica do Brasil. In: Anais de História (Assis), 2:81-100, 1970 e Idem. Problèmes de l'Histoire Quantitative du Brésil: Métrologie et Démographie. In: CNRS. L'Histoire quantitative du Brésil de 1800 à 1930. Paris, CNRS, 1973:23-37.

(6) Para uma síntese desse método ver HENRY, L. O levantamento dos registros paroquiais e a técnica de reconstituição de famílias. In: MARCILIO, M.L. Demografia Histórica. S. Paulo, Pioneira, 1977, 41-64.

(7) Cf/ MARCILIO, M.L. Levantamentos censitários da fase proto-estatística no Brasil. In: Anais de História (Assis), 9:63-75, 1977.

familiares não legais (uniões consensuais estáveis, domicílios de mães solteiras, de orfãos, de escravos), incluindo a composição de conventos, mosteiros, domicílios do clero secular (com suas famílias, filhos, agregados, escravos).

O mundo das representações populares e da religião do povo, no seio da família, em torno dos oratórios domésticos, do mundo do trabalho do pobre, das formas de transmissão de cultura e do patrimônio, pode ser captado, ainda, através das informações contidas por outras fontes seriais, quando trabalhadas com critérios judiciosos, científicos e quantitativos.

Refiro-me, por exemplo, às séries de testamentos e de inventários, expressões sinceras do indivíduo que se prepara para bem morrer.

Pequena parte desses documentos foi publicada, mas a massa majoritária deles encontra-se guardada em arquivos diversos, sob forma de manuscrito.

Os testamentos são fontes preciosas para o estudo das formas de vida e de morte, de ritos, devoções, representações do indivíduo, da família e da coletividade ante o inelutável, o mistério da Vida e da Morte, as atitudes coletivas perante a família. Essa série, quando analisada em períodos longos e de forma sistemática, leva-nos ao conhecimento das mudanças e das permanências de comportamentos do homem ante fenômenos pouco conhecidos.

A História se processa particularmente na Vida que se desenvolve e na Vida que incessantemente deixa de existir, com a Morte. A civilização é um desafio perene à morte, ela passa pela morte. Tudo é transmissão do adquirido.

Ora, é sobre a morte, como nos diz Chaunil, sobre as atitudes, os gestos, os ritos funerários de um grupo humano que se testa verdadeiramente um sistema de civilização.

Para se chegar ao conhecimento da morte coletiva, dispomos de um estudo quantitativo pioneiro de Michel Vovelle, quem estudou o discurso testamentário para chegar ao conhecimento das formas mais complexas das mentalidades da sociedade (8) Seu mérito foi o de compreender o significado e o valor de tal massa documental de encontrar um modo de leitura e de análise, de ter descoberto nela o peso relativo dos mediadores, o peso dos hábitos, as possibilidades de uma semântica quantitativa.

A morte atinge diferentemente o rico e o pobre, o camponês ou o grande proprietário de plantações escravistas, os mineiros ou os vaqueiros, o escravo ou o livre, o operário e o patrão. Dizem que um escravo das minas ou das plantações teria uma vida útil reduzida, de 5 a 7 anos. Por isso, sua visão de mundo necessariamente não poderia ser a mesma dos grupos privilegiados, nem mesmo a dos livres.

(8) VOVELLE, M. Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIIIe siècle. Paris, Seuil, 1978 (ed. abreviada).

Sua religiosidade, sua mística, suas representações coletivas dos mistérios da vida e da morte estavam inexoravelmente afetados por sua existência trágica, que é preciso analisar. Sem o que nunca se conhecerá bem essa mesma religiosidade, que passa pelo mundo do imaginário da feitiçaria, dos mágicos, dos pactos com a diabo.

No Brasil, o ato de testar sempre foi passado ante um tabelião. Mas as fórmulas utilizadas eram extraídas mais do vocabulário eclesiástico ou devocional, do que do jurídico.

O Testamento compunha-se sempre de duas partes bem nítidas: uma espiritual e outra profana. Começava-se por invocar o nome de Deus, da Trindade, de Jesus Cristo, de várias Nossas Senhoras e Santos e Anjos da devoção pessoal, para continuar com as recomendações sobre o destino do corpo, sua sepultura, os legados espirituais, a declaração de todos os membros da família (esposa, filhos, legítimos e naturais), indicando as condições em que se deveria realizar o rito funebre (local do enterro, número de padres, coros, cruces, irmandades, pobres acompanhantes, etc). Só então vinha a declaração dos bens materiais, das dívidas contraídas, do dinheiro emprestado, da partilha dos bens entre os herdeiros.

Por aí se pode perceber que, se bem trabalhada, a coleção dos testamentos conduz-nos à descoberta de realidades humanas e religiosas do passado que vai da liturgia da morte, do culto aos mortos e rituais funerários, às práticas devocionais mais frequentes, ao culto mariano, etc.

Saindo do âmbito do indivíduo e da família, no espaço pouco maior das comunidades de vizinhanças, do campo ou das áreas urbanas, a religião do povo, do leigo, expressava-se por formas vincadas sobretudo em exterioridades e em organizações especiais. Essa religiosidade coletiva ia das festas populares (meio-profanas-meio-sagradas), como as procissões, romarias, missas dominicais, sacramento do batismo e do matrimônio, até o gosto pelas expressões exteriores (construção de igrejas, capelas, cruzeiros, imagens, fitas).

Todas essas expressões estavam, claro, fundamente marcadas pelas estruturas e diferenciações da sociedade envolvente que é preciso conhecer.

A organização do laicato esteve oficialmente em mãos das Irmandades e das Ordens Terceiras, que atuaram mais nitidamente nas áreas urbanas, como as Minas Gerais do século XVIII ou nos grandes portos, como Salvador, Recife, Rio, Belém ou São Luiz do Maranhão.

Em princípio, todo o colonial, rico ou pobre, senhor ou escravo, branco, mulato ou negro filiava-se a uma Confraria. Ela representava também sua proteção durante a Vida, como depois da Morte. Era, ainda, a forma de assistência social ao mais necessitado, especialmente no caso das Misericórdias, tão difundidas pelo Brasil. É preciso pois, conhecer melhor essa expressão institucional dos leigos.

As séries documentais que as informam não são tão vastas, nem tão homogêneas. Sua conservação é igualmente problemática e essa documentação quando conservada, está dispersa por arquivos os mais diversos.

A massa documental que embasa os estudos sobre as Confrarias e Ordens Terceiras compõem-se sobretudo dos Compromissos (estatutos), livros de atas de reuniões, livros de razão (contabilidade), e correspondências diversas.

As confrarias refletiam a estrutura de uma sociedade racista, hierarquizada e segregacionista da época colonial. No Brasil, nunca estiveram organizadas por categorias sócio profissionais, mas por agrupamentos étnico-sócio-econômicos. Na Irmandade do Santíssimo Sacramento, na do Senhor dos Passos, na das Misericórdias, por exemplo, estavam reunidos os membros das famílias poderosas do local. Eles professavam, ao mesmo tempo, nas Ordens Terceiras do Carmo ou de São Francisco. No outro extremo da escala social, ficavam as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, de S. Miguel e Almas, de Santo Antonio, de São Benedito ou outras, todas dos homens de cor ou de escravos.

As Ordens Terceiras e as Misericórdias foram organizações laicas de intensa discriminação racial. «Pessoas de infima condição» ou de «sangue infecto» (negros, mulatos), ou com «defeito de sangue» (cristãos novos) estavam delas excluídos.

Para manter a unidade da Fé, da moral imposta, dos dogmas a Igreja oficial, hierárquica, tridentina e do Padroado manteve sistemas de controle, fiscalização e formas de castigar os desvios e os transgressores. Tudo se fazia, no Brasil colonial, através do sistema de denúncias e de algumas poucas visitas do Tribunal da Inquisição, às partes mais importantes da Colônia. Nunca houve um Tribunal inquisitorial no Brasil: ele permanecia em Lisboa, para os assuntos coloniais. O controle rígido era exercido por seus agentes e pela Mesa de Consciência e Ordens. Visitas de comissários do Santo Ofício foram poucas. São conhecidas: a de 1591, de Heitor Furtado de Mendonça veio inquirir os moradores da Bahia, seguindo depois para Pernambuco. Todas as denúncias foram registradas em nove livros e compõem-se de concubinatos, heresias, feitiçarias, bruxarias, desacatos, bigamias, blasfêmias, judaísmos, dentre os crimes mais ouvidos. Em 1618, novo Visitador vem à Bahia. Em 1646 foi realizado um Auto de Inquirição, também, na Bahia. O auge das perseguições inquisitoriais se deu na segunda metade do século XVII e inícios do XVIII. Várias denúncias e muitos prisioneiros foram realizados, estes enviados aos cárceres de Portugal. Em 1731 é a vez do Maranhão; 1763 houve uma Visitação do Pará(9).

(9) Ver NOVINSKI, A. Inquisição. São Paulo, Brasiléense, 1982. Os livros das Visitas e confissões publicados são: Primeira visitação do Sto Ofício às Partes do Brasil. Confissões da Bahia. 1591-92. Rio Janeiro, Briguet, 1935; Primeira Visitação do Sto Ofício às Partes do Brasil. Denúncias de Pernambuco. 1593-95. S. Paulo, Ed. Public. Eduardo Prado, 1929; Primeira Visitação do Sto Ofício às Partes do Brasil. Confissões de Pernambuco. 1594-95. Recife, Un. Federal de Pernambuco, 1970; Livro de Denúncias que se fizeram na Visitação do Sto Ofício à Cidade do Salvador. Bahia de Todos os Santos do Estado do Brasil, no ano de 1618. R. Janeiro, Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, XLIX, 1927; Livro de Visitação do Sto Ofício da Inquisição ao Estado do Grão Pará; 1763-69. (LAPA, J. R. A. org.) Petrópolis, Vozes, 1978.

munhos neles contidos, feitos por individuos de todas as categorias sociais, incluindo até os escravos, quando sistematicamente trabalhados, podem levar-nos a recriar comportamentos, atitudes, mitos, etc face à violência, à morte, às relações de parentesco, vizinhança, compadrio, à solidariedade comunitária, às formas de trabalho, lazer, festas populares, valores morais e sociais, até chegar às condutas religiosas do povo(12).

Essa documentação, sob forma de dossiês para cada processo, encontra-se sob forma manuscrita, nos Arquivos dos Forums, de Estados, nas Secretarias de Justiça e até em Prefeituras e cartórios municipais. Eles são de tipos variados, mas tem importantes características comuns. Todos contêm uma história. Descrevem com mais ou menos detalhes, as formas de relações *sociais*, as circunstâncias em que se deu o crime, o quadro em que se realizou (família, vila, local), etc. Todas essas histórias são diretamente utilizáveis para uma pesquisa sobre o imaginário, as atitudes coletivas, a moral, as mentalidades populares, os comportamentos religiosos do povo. Parece ter havido relações estreitas entre as normas jurídicas e a moral cristã da época, que é preciso examinar.

Nos arquivos da Igreja são encontrados séries preciosas de processos, mananciais de informações sobre aspectos pouco conhecidos da religiosidade do povo.

Refêrimo-nos inicialmente aos processos de divórcio e de anulação de casamento que nos levam a penetrar no âmago das consciências, no interior dos lares, no coração da moral sexual, da liturgia popular do casamento, da família, das práticas devocionais, das restrições canônicas, da autoridade paterna, da razão familiar, do amor entre os humildes, das estratégias da escolha do cônjuge, da violência, dos amores trágicos, da vida dos sacramentos.

Embora a Igreja não tenha aberto mão do caráter de indissolubilidade do casamento sacramentado, ela sempre considerou os casos excepcionais em que permitiu a separação dos corpos, sem quebra do vínculo conjugal (divórcio), e com quebra do vínculo (anulação).

No Brasil, os casos de divórcio e de anulação foram raros, mas não tão raros como se pode pensar. Para cada caso, era necessário a abertura de um processo que, podia por vezes durar anos e para qual iam sendo arrolados os depoimentos e declarações de testemunhas várias. Estas são as preciosas informações para a recuperação da cultura e da religiosidade do povo brasileiro.

Apenas, é necessário abordar o tema de maneira nova. Importa menos descrever costumes diversos e pitorescos, fatos fora do comum, do que compreender as relações que deveriam existir entre os costumes, as estruturas ideológicas

(12) Um estudo de história social, incluindo a trama das relações sociais no interior de pequenos grupos de camponeses pobres e a participação da sociedade envolvente foi realizado, com base na massa de processos criminais de uma pequena cidade paulista do século XIX por FRANCO, M.S.C. Homens livres na Ordem escravocrata. S. Paulo, USP, 1969.

e religiosas, a organização social e a cultura material de um grupo social.

Por outro lado, são os métodos de análise que devem ser também novos. Queremos captar a realidade histórica diretamente, sem nos fiar no que escreveram historiadores clássicos, e menos ainda nas imagens que seus contemporâneos deviam ter de suas atitudes e comportamentos. Sendo uma coleção serial, mesmo que não homogênea, esses processos são passíveis de tratamento sistemático e do emprego de técnicas quantitativas.

Outra série imponente de processos eclesiais é constituída pelas Habilitações De Genere et Moribus, abertos para os candidatos ao sacerdócio.

Todo pretendente à carreira sacerdotal necessitava provar sua «limpeza de sangue» (isentos de contaminação com sangue de judeus conversos, de bastardia e de negritude) provando suas origens e seus costumes ortodoxos. Ai esta a origem desses processos. Os depoimentos, denúncias e declarações neles contidas são fontes preciosas de dados sobre o imaginário, as visões de mundo, as expressões de fé, de devoção, e para o estudo dos preconceitos e tabus vigentes na sociedade brasileira do passado.

* * *

Mostramos aqui, alguns poucos exemplos de fontes seriais, úteis para estudos de cultura e da religiosidade do Brasil até meados do século XIX. A lista poderia ser alongada. Nada falamos sobre a coleção das Atas das Câmaras municipais, sobre coleções a serem levantadas de provérbios populares, de canções, poesias, imagens, arquitetura e escultura populares, que podem servir para o embasamento do estudo da religiosidade do povo.

A empresa de estudar e interpretar as atitudes, as mentalidades, os comportamentos, o mundo do imaginário, os costumes religiosos do povo, no passado, não é nada fácil. E nenhuma coleção de fontes nos dará uma imagem completamente satisfatória. De um lado, nossas informações serão sempre incompletas, fragmentárias. De outro, elas são testemunhos parciais que convem confrontar e corrigir umas com outras. Além do que é preciso ter sensibilidade suficiente para reconhecer os silêncios; e interpretá-los.

A obra precisa, no entanto, ser realizada. Por isso, que propuzemos aqui algumas indicações para seu encaminhamento, começando pelas bases, isto é, pelos documentos que podem servir a esse fim(13).

* * * * *

(13) Para uma bibliografia vasta e bem organizada sobre a religiosidade popular do Brasil ver: CNBB. Bibliografia sobre a religiosidade popular. S. Paulo, Paulinas, 1981